



**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA ELETRÔNICA N.º 09/2024/ADM**

O Município de Estância do Estado de Sergipe, inscrito no CNPJ n.º 13.097.050/0001-80, por meio da Secretaria Municipal da Defesa Social e Cidadania, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável.

- **DATA DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: 03/07/2024**
- **ENDEREÇO ELETRÔNICO DA DISPUTA: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)**
- **HORÁRIO DA FASE DE LANCES: 08:00h às 14:00h**

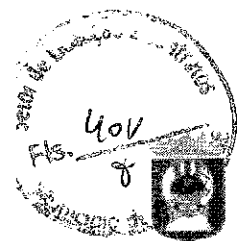
**1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa, visando a **Aquisição de Aparelho de Telecomunicação Móvel (Smartphone)**, para uso dos atendimentos do Procon Municipal, servindo para potencializar as Audiências virtuais e constituir um acervo de registros fotográficos das ações desempenhadas, em atendimento ao Termo de Audiência realizada no Ministério Público, na data do dia 06/02/2024, Procedimento N° 45.23.01.0045, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

**1.2.** A contratação ocorrerá por Item, conforme tabela constante abaixo:

**12.1. Os itens a seguir destinam-se, exclusivamente, a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma do art. 48, inciso I da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014.**

| ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT. | VALOR MENOR PROPOSTA |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|--------|----------------------|
| 1    | Aquisição de 1(um) aparelho de telecomunicação móvel, conforme especificação de informações técnicas a seguir: <ul style="list-style-type: none"><li>• Smartphone;</li><li>• 256 GB de armazenamento interno;</li><li>• Suporte de cartão de memória até 1 TB;</li><li>• 8 GB de memória RAM;</li><li>• Tela super AMOLED de 6,1”;</li><li>• FHD+;</li><li>• Tecnologia 5G;</li><li>• Bluetooth 5.3;</li><li>• Processador Octa Core 2.4 GHz (1x 3,2 GHz, 2x 2,8 GHz, 2x 2,8 GHz, 3x 2 GHz);</li><li>• Sistema Operacional Android 13;</li><li>• Dual Chip;</li><li>• Câmera traseira 50MP + 10MP + 12MP (8k);</li><li>• Zoom digital de 3x + 12 MP;</li><li>• Câmera frontal de 12MP (4K);</li><li>• Capacidade da bateria 5000mAh.</li></ul> | Und               | 1      | R\$ 2.859,99         |



ESTADO DE SERGIPE  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2024.016.060

1.2.2. O licitante que participar do item deverá ofertar a proposta, considerando que o valor unitário não deverá ser maior que o fixado no item;

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. A disputa ocorrerá pelo valor unitário do item.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica do Licitanet, disponível no endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br);

2.2. A licitante é a responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados;

2.3. Não poderão participar desta dispensa os licitantes:

2.3.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a



condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.3.3.1.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**2.3.3.2.** Aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

**2.3.4.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

**2.3.5.** Sociedades cooperativas.

### **3. DO INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

**3.1.** O ingresso do licitante na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item;

**3.2.** O licitante, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, **até a data e o horário** estabelecidos para abertura do procedimento;

**3.2.1.** A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamentos de condutas vigentes na data de entrega das propostas;

**3.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada;

**3.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos gêneros alimentícios;

**3.4.1.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

**3.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;

**3.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

**3.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,



**ESTADO DE SERGIPE**  
**SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2024.016.060**

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

**3.8.** Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

**3.9.** No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

**3.9.1.** Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**3.9.2.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

**3.9.3.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

**3.9.4.** Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

**3.9.5.** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz previstas em lei e em outras normas específicas;

**3.9.6.** Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

#### **4. DA FASE DE LANCES**

**4.1.** A partir das 08:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso;

**4.2.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro;

**4.2.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item;

**4.3.** O licitante somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema;

**4.3.1.** O licitante poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta;

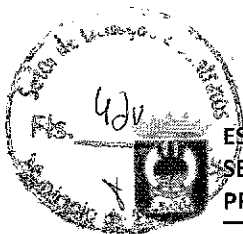
**4.3.2.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 0,01 (um centavo);



- 4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema;
- 4.5. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta;
- 4.6. Durante o procedimento, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante;
- 4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação;
- 4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## 5. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação;
- 5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas;
- 5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração;
- 5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica;
- 5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance;
- 5.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta poderá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora;
- 5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- 5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.5.1. Contiver vícios insanáveis;
- 5.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



**5.5.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**5.5.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável;

**5.6.** Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecutável a proposta de preços ou menor lance que:

**5.6.1.** For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

**5.6.2.** Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes;

**5.7.** Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta;

**5.8.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;

**5.8.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**5.8.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime;

**5.9.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da aquisição ou da área especializada no objeto;

**5.10.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

**5.11.** Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade;

**5.12.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 6. DA HABILITAÇÃO

**6.1.** Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances;

**6.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação,



especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

**6.2.1.** Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>);

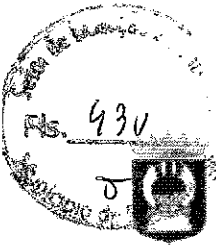
**6.2.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

**6.2.3.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;

**6.3.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Aviso, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### **6.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
- c) No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- g) RG e CPF do representante legal da Empresa (Cópia);



**6.3.1.1.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**6.3.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda **Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual e/ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **estaduais ou municipais** relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

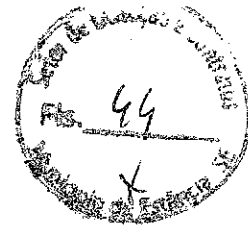
**6.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA**

- a) **Certidão negativa de falência ou concordata**, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante, expedida nos últimos 30 (trinta) dias que anteceder a abertura da contratação, salvo se consignar no próprio texto data de validade diferente;
- b) De acordo com **Recomendação nº 001, de 12 de Janeiro de 2018**, expedida pela **Controladoria Geral do Município**, fica dispensado a apresentação do balanço patrimonial na forma da Lei, visto que a ordem do presente certame fica abaixo de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais);

**6.3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**6.3.4.1.** Comprovação de aptidão para fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, **quando for o caso**;





**6.3.4.1.1.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**6.3.4.1.2.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

**6.4.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação;

**6.5.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital;

**6.6.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;

**6.7.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade;

**6.8.** Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta;

**6.8.1.** Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação;

**6.9.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **7. DA CONTRATAÇÃO**

**7.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente;

**7.2.** O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta;

**7.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento;

**7.2.2.** O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;



ESTADO DE SERGIPE  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2024.016.060

**7.3.** O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**7.3.1.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se a relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**7.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

**7.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei;

**7.4.** O prazo de vigência da contratação é de **03 (três) meses** prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta;

**7.5.** Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

#### **8. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**8.1.** Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**8.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**8.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**8.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;

**8.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**8.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

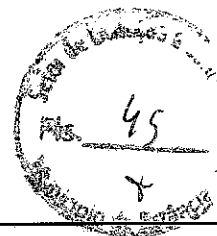
**8.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**8.1.7.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**8.1.8.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

**8.1.9.** Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**8.1.10.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



**8.1.10.1.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

**8.1.11.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

**8.1.12.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**8.2.** O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**a)** Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**b)** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

**c)** Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**d)** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

**8.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**8.3.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;

**8.3.2.** As peculiaridades do caso concreto;

**8.3.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

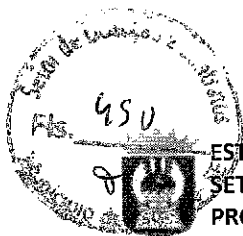
**8.3.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**8.3.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

**8.4.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

**8.5.** A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

**8.6.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções;



ESTADO DE SERGIPE  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2024.016.060

**8.7.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**8.8.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa;

**8.9.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público;

**8.10.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999;

**8.11.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**9.1.** O procedimento será divulgado no LICITANET e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP;

**9.2.** No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

**9.2.1.** Republicar o presente aviso com uma nova data;

**9.2.2.** Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

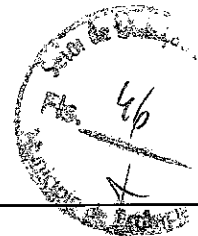
**9.2.2.1.** No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento;

**9.2.3.** Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso;

**9.3.** As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto);

**9.4.** Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação;

**9.5.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;



9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário;

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento;

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação;


9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso;

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico;

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Termo de Referência;

Estância/SE, 27 de junho de 2024.

  
**EDSON LUIZ DE OLIVEIRA SANTOS**  
Agente de Contratação  
Portaria n.º 015/2024



## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Fonte: Secretaria Municipal da Defesa Social e Cidadania.

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

#### 1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

**1.1.1. Aquisição de Aparelho de Telecomunicação Móvel (Smarthphone), para uso dos atendimentos do Procon Municipal,** servindo para potencializar as Audiências virtuais e constituir um acervo de registros fotográficos das ações desempenhadas, em atendimento ao Termo de Audiência realizada no Ministério Público, na data do dia 06/02/2024, Procedimento N.º 45.23.01.0045, e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

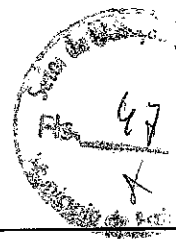
**1.2.** Utilizaremos o processo de contratação por estimativa, mediante contratação direta, apurando a aquisição ofertada, garantindo que todas as especificações presentes no Termo de Referência sejam atendidas, e observar também o Plano de Contratações Anual que contenha previsto, garantindo que tenha o saldo necessário para essa dispensa restando saldo para futuras aquisições que se façam necessárias.

#### 1.3. ESPECIFICAÇÃO

**Os itens a seguir destinam-se, exclusivamente, a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma do art. 48, inciso I da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014.**

#### Itens

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT. | VALOR MENOR PROPOSTA |
|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|--------|----------------------|
| 1    | Aquisição de 1(um) aparelho de telecomunicação móvel, conforme especificação de informações técnicas a seguir: <ul style="list-style-type: none"><li>• Smartphone;</li><li>• 256 GB de armazenamento interno;</li><li>• Suporte de cartão de memória até 1 TB;</li><li>• 8 GB de memória RAM;</li><li>• Tela super AMOLED de 6,1”;</li><li>• FHD+;</li><li>• Tecnologia 5G;</li><li>• Bluetooth 5.3;</li><li>• Processador Octa Core 2.4 GHz (1x 3,2 GHz, 2x 2,8 GHz, 2x 2,8 GHz, 3x 2 GHz);</li><li>• Sistema Operacional Android 13;</li><li>• Dual Chip;</li><li>• Câmera traseira 50MP + 10MP + 12MP (8k);</li><li>• Zoom digital de 3x + 12 MP;</li><li>• Câmera frontal de 12MP (4K);</li><li>• Capacidade da bateria 5000mAh.</li></ul> | Und               | 01     | R\$ 2.859,99         |



**1.4. A disputa ocorrerá pelo valor unitário do Item.**

**1.5.** A contratação originada deste termo, tratar-se-á de **entrega imediata**, após emissão da nota de empenho, e consequente a emissão da ordem de fornecimento, a empresa responsável fornecedora do produto terá o **prazo máximo de 30 dias corridos**, para efetivar a entrega do produto, o qual deverá ser entregue na sede do almoxarifado localizado no endereço, Av. Lourival Batista n.º 275, Centro, Estância-SE, CEP 49.200-000 das 07h:00min as 13h:00min.;

**1.6.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 2.859,99 (Dois mil, oitocentos e cinquenta e nove reais, e noventa e nove centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

**1.7.** A contratação não deve ultrapassar o valor orçado, somente caso feito um aditivo referente ao contrato, na porcentagem autorizada pela lei.

## **2. DA JUSTIFICATIVA**

**2.1.** Considerando que o Departamento-Geral de Defesa do Consumidor – PROCON Municipal integra a estrutura da Secretaria Municipal da Defesa Social e Cidadania, conforme parágrafo único, III, seção XII, art. 35 da Lei nº 1.908 de julho de 2017, tendo como uma de suas competências coordenar ações de defesa de cidadania, inclusive da defesa do consumidor e dos direitos humanos.

**2.2.** Considerando que os relatórios de gestão apontam que a Secretaria Nacional do Consumidor, em conjunto com os PROCON'S, lançou o site [www.consumidor.gov.br](http://www.consumidor.gov.br); plataforma voltada à solução de conflitos, por meio da internet, que já conta com a adesão de mais de trezentas empresas em todo o território nacional.

**2.3.** Considerando que com o advento do Código do Consumidor, temos hoje em nosso país um ambiente propício ao diálogo entre os diversos atores envolvidos – Consumidor, Estado e Mercado.

**2.4.** Considerando que seguindo a tendência de visualização dos atendimentos, o PROCON de Estância, disponibilizou, além dos atendimentos presenciais, o [procon@estancia.se.gov.br](mailto:procon@estancia.se.gov.br), de modo a possibilitar o registro de reclamações sem que o consumidor precise sair de sua casa, como também se pretende disponibilizar um contato telefônico móvel específico.

**2.5.** Por fim, registre-se que o PROCON Estância, no período do ano de 2023 deu continuidade e fundamental mecanismo para resolução imediata dos conflitos entre empresa/consumidor. Esse instrumento corresponde as audiências de mediação e conciliação, que ocorreram de forma presencial, nas dependências da SEMDEC, porém, justifica-se a aquisição de aparelho de telecomunicação móvel, visando ampliar as supracitadas audiências, por intermédio de videoconferências, como também possibilitar o arquivo de registros fotográficos durante as ações fiscalizatórias.

## **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** Em resumo, a aquisição do aparelho de telecomunicação móvel(celular), para uso nas atividades do PROCON Estância, é um investimento estratégico para potencializar os atendimentos e dinamizar as suas ações cotidianas.

**3.2.** A Fundamentação da Contratação e de seu quantitativo encontra-se pormenorizada em tópico específico deste Termo de Referência, ressaltamos ainda que não fora realizado o ETP nos moldes da IN 58/2022, tendo em vista as disposições contidas no Art. 14 (exceções a elaboração de ETP), conforme justificativa em anexo.



ESTADO DE SERGIPE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2024.016.060

**3.3.** O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I. ID PCA no PNCP: 13128798000101-0-000002/2024;

II. Data de publicação no PNCP: 30/03/2024;

III. Id do item no PCA: 131e 132;

IV. Classe/Grupo: 5805 - Equipamento Telefonico e Telegrafo e 141 - Serviço de Telefonia Fixa Comutada;

V. Identificador da Futura Contratação: 983141-29/2024.

#### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

**4.1.** cenário 1 – Aquisição do aparelho móvel de telecomunicação(celular), essa aquisição demonstra ser uma ferramenta tecnológica que melhor atente as necessidades do PROCON Estância, como também a que se apresenta mais viável, haja vista que o manuseio do contato direto com as demandas postas por intermédio dos consumidores, tornando-a em uma ferramenta confiável e segura, para o desempenho das suas atividades cotidianas.

**4.2.** Cenário 2 – Aquisição de outra ferramenta tecnológica similar(tablet), essa aquisição por conta sua especificidade, torna-se mais difícil e onerosa para a Gestão Pública.

**4.3.** Devido ao que ficou pontuado, o cenário 1 é o indicado.

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**5.1.** Sustentabilidade – A sua realização é legal e não fere as finalidades da isonomia, e nem da seleção da proposta mais vantajosa

##### 5.2. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

**5.2.1.** O aparelho deve ser novo, certificado pela Anatel, sem uso, em linha de produção, comercializado na data da licitação e acondicionados em sua embalagem original lacrada, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade.

**5.2.2.** O aparelho deve ter garantia mínima de 12 (doze) meses do fabricante, com rede de assistência autorizada no território nacional e pontos de atendimento no Estado de Sergipe.

**5.2.3.** Só será aceito aparelho celular com assistência técnica credenciada pelo fabricante, no Estado de Sergipe.

**5.2.4.** O aparelho fornecido deve ser entregue com os seguintes acessórios:

**5.2.5.** 01 (um) manual de instrução em português;

**5.2.6.** 01(um) fone de ouvido;

**5.2.7.** 01 (um) carregador com fonte de alimentação bivolt automático.

##### 5.3 VISTORIA





Fls. 48  
Y

5.3.1. Uma vez entregue o aparelho, iniciar-se-á a etapa de verificação, no prazo de 72 (setenta e duas) horas que compreenderá a vistoria do material, a conferência de todos os acessórios e a verificação do perfeito funcionamento do objeto, de acordo com as características técnicas descritas neste Termo de Referência.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

### 6.1. A EXECUÇÃO DO OBJETO SEGUIRÁ A SEGUINTE DINÂMICA:

6.1.1. Início da execução do objeto: Retirada da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, com entrega num prazo máximo de 30 dias corridos;

6.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

6.1.3. O equipamento deverá ser entregue conforme solicitação do órgão gestor do procedimento.

### 6.2. LOCAL E HORÁRIO DA ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

6.2.1. O item listado deverá ser entregue no seguinte endereço: Av. Lourival Batista n.º 275, Centro, Estância-SE, CEP 49.200-000, sede do almoxarifado da Prefeitura, das 07h:00min as 13h:00min. conforme solicitação de acordo com a nota de empenho /Ordem de fornecimento.

### 6.3. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

6.3.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.3.2. O item deverá ser entregue e será avaliado conforme especificações solicitadas deste termo de referência.

### 6.4. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.4.1. O prazo de garantia contratual dos produtos são aqueles estabelecidos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 7. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação formalizar-se-á mediante a retirada da **Nota de Empenho de Despesa**, instrumento substitutivo do termo contratual, e emissão da Ordem de Fornecimento, observadas as condições estabelecidas neste termo.

8.2. O fornecedor será convocado, formalmente, para retirar a nota de empenho de despesa e receber a respectiva **Ordem de Fornecimento**, observado para esse efeito, o prazo de 03 (três) dias úteis.

8.3. É facultado ao **CONTRATANTE**, quando a convocada não comparecer no prazo estipulado no subitem anterior, não apresentar situação regular no ato da retirada do instrumento substitutivo contratual e recebimento da ordem



ESTADO DE SERGIPE  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2024.016.060

de serviço, ou ainda recusar-se injustificadamente a retirá-lo, convocar as demais licitantes classificados, se houver, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital.

**8.4.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma vez, por igual período, quando solicitado pela fornecedora, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela **Secretaria Municipal da Defesa Social e Cidadania**.

**8.5.** Na data da retirada da nota de empenho, instrumento substitutivo do termo contratual, e quando da realização do pagamento, poderão ser exigidas a apresentação das certidões atualizadas e a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela licitante durante toda a vigência contratual.

**8.6.** O instrumento substitutivo do contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, para melhor adequação da necessidade da **Secretaria Municipal da Defesa Social e Cidadania**, observando as disposições da Lei n.º 14.133/2021.

**8.7.** Os fornecimentos devem ser realizados, atendendo requisitos exigidos neste Termo de Referência.

**8.8.** O prazo, a quantidade, a forma de fornecimento, de recebimento, de aceite e as demais condições de execução do objeto serão definidos neste Termo.

**8.9.** Não será aceita a execução cujo instrumento não tenha sido autorizado ou que, por qualquer motivo, não esteja de acordo com os termos e condições estabelecidas.

**8.10.** Não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto desta contratação não eximirá a Contratada das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

**8.11.** A contratação será fornecida:

**8.11.1.** Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;

**8.11.2.** Definitivamente, mediante termo circunstanciado e após verificação da qualidade que comprove a adequação do objeto do Termo de Referência, observado o disposto no Art. 74 da Lei nº 14.133/21.

**8.12.** Os fornecimentos em definitivo não eximirá o fornecedor de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que a **Secretaria Municipal da Defesa Social e Cidadania** venha a fazer, baseada na existência de fornecimento inadequado para o uso, no prazo de validade do fornecimento.

**8.13.** Na hipótese do fornecimento apresentar irregularidade não sanada, será reduzido a termo o fato e encaminhado à autoridade competente, para procedimentos inerentes à aplicação das penalidades.

**8.14.** O prazo do fornecimento será de acordo com o estabelecido neste termo de referência, que corresponde a no máximo 30 (trinta) dias corridos.



**8.15.** Se durante o prazo do fornecimento, os mesmos apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a contratada deverá providenciar correção no prazo máximo estabelecidos no termo de referência.;

**8.16.** É vedada expressamente a subcontratação.

**8.17. O pagamento seguirá conforme especificações abaixo elencadas:**

**8.17.1.** A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor a ser contratado de forma parcelada, de acordo com as obrigações realizadas, ou seja, com base no quantitativo solicitado pela CONTRATANTE efetivamente prestado pela CONTRATADA.

**8.17.2.** O pagamento será efetuado após empenho e liquidação da despesa por meio de crédito em conta-corrente indicada pelo licitante(s) vencedor(es), no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo Setor responsável pelo recebimento da Secretaria solicitante.

**8.17.3.** Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar junto com o documento fiscal, as Certidões negativas atualizadas, de Regularidade para com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa de débitos perante a Fazenda Nacional, relativos a todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela à Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e Certidões negativas de débitos ou Certidão positiva com efeito de negativa com as Fazendas Estadual e Municipal, estas últimas do domicílio tributário da Contratada.

**8.17.** Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**8.18.** Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

**8.19.** Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

**8.20.** O preço apresentado na proposta será fixo e não sofrerá reajuste.

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1.** Na execução do objeto do contrato, **obriga-se a CONTRATADA:**

**9.1.1.** Entregar o aparelho celular à contratante em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local definidos neste Termo de Referência, incluindo todos os acessórios necessários à sua plena utilização, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constará as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia.

**9.1.2.** Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da rede de assistência técnica autorizada.



ESTADO DE SERGIPE  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2024.016.060

**9.1.3.** Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução do objeto em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, prestando os serviços com eficiência, presteza e pontualidade e em conformidade com os prazos estabelecidos.

**9.1.4.** Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja indesejável pela fiscalização da contratante.

**9.1.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o objeto contratual, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

**9.1.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990).

**9.1.7.** Responsabilizar-se pelas despesas de quaisquer tributos, encargos trabalhistas, previdenciário, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir na execução do objeto.

## 10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

**10.1.** Na execução do objeto do contrato, **obriga-se a CONTRATANTE:**

**10.1.1.** Solicitar a entrega do objeto à contratada através da emissão de Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.

**10.1.2.** Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

**10.1.3.** Fiscalizar a execução do objeto contratual através de funcionário designado, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

**10.1.4.** Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

**10.1.5.** Efetuar o pagamento devido à contratada nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**10.1.6.** Aplicar as penalidades previstas em Lei e neste instrumento.

**10.1.7.** Efetuar o pagamento à empresa contratada, de acordo com as condições e prazo estabelecidos neste Termo.

**10.1.8.** Solicitar o refazimento do objeto que não atender as especificações deste termo de Referência.

**10.1.9.** Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento da execução do objeto.

## 11. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

**11.1.** As obrigações assumidas deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas e as normas legais pertinentes, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



Sp  
4

**11.2.** Executado o objeto contratual, será ele recebido em conformidade com as disposições contidas na Lei n.º 14.133. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a execução do objeto em desacordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

**11.3.** A execução do objeto será fiscalizada e gerenciada por representante da CONTRATANTE, especialmente designado para esse fim, a ser oportunamente indicado pela Secretaria Solicitante, por meio de Portaria.

**11.4.** A Secretaria Municipal da Defesa Social e Cidadania, registrará todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, sendo-lhe assegurada a prerrogativa de:

- a) atestar as notas fiscais correspondentes à execução do objeto contratual;
- b) solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias para a boa execução do objeto contratual;
- c) emitir pareceres em todos os atos da Administração, relativos à execução do objeto e, em especial, na aplicação das sanções estabelecidas;
- d) fiscalizar a execução do objeto contratado, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas;
- e) determinar o que for necessário à regularização de faltas verificadas;
- f) sustar os pagamentos das faturas, no caso de inobservância pela CONTRATADA de qualquer exigência sua;
- g) registrar as ocorrências havidas, firmado com o preposto da CONTRATADA;

**11.5.** A fiscalização exercida pela CONTRATANTE não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

## 12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**12.1.** Pelo descumprimento, por parte da empresa, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do Contrato/ Fornecimento, a Administração poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.1.1. § 1º** Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.1.2 § 2º** A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



ESTADO DE SERGIPE

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2024.016.060

**12.1.3.** § 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

**12.1.4.** § 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**12.1.5.** § 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**12.1.6.** § 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

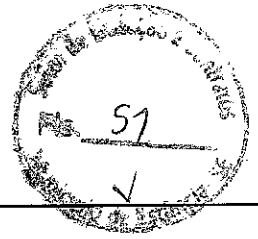
**12.1.7.** § 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

**12.1.8.** § 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**12.1.9.** § 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**12.2.** Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**12.3.** Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.



**12.3.1.** Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

**12.4.** Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

**12.5.** Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**12.5.1.** Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

### 13. APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

**13.1.** Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 desta Lei, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

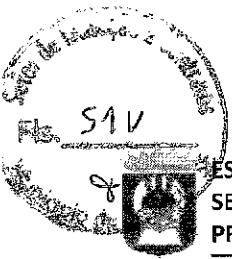
**13.2.** Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**13.2.1.** § 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

**13.2.2.** § 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**13.2.3.** § 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**13.2.4.** § 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:



- I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;
- II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

**13.3.** Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

**14. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**14.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA REGIME DE EXECUÇÃO**

**14.1.1.** O regime de execução do contrato será o de entrega direta, entrega imediata.

**14.1.2.** O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**14.1.3.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

**14.1.4.** As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no **Item 6** do Aviso de Contratação Direta.

**14.1.5.** Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no **Item 6** do Aviso de Contratação Direta.

**14.1.6.** Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no **Item 6** do Aviso de Contratação Direta.

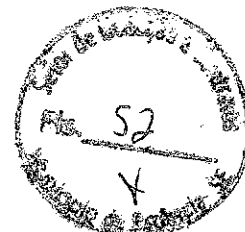
**15. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

**15.1** Para estimar o nível dos riscos, utilizou-se a matriz abaixo, recomendada no Manual de Gestão de Riscos do TCU:

|                            |                    | CONSEQUÊNCIA*      |              |                 |              |                      |
|----------------------------|--------------------|--------------------|--------------|-----------------|--------------|----------------------|
|                            |                    | Desprezível<br>(1) | Menor<br>(2) | Moderada<br>(4) | Maior<br>(8) | Catastrófica<br>(16) |
| PROBABILIDADE (frequência) | Quase Certo<br>(5) | 5                  | 10           | 20              | 40           | 80                   |
|                            | Provável<br>(4)    | 4                  | 8            | 16              | 32           | 64                   |
|                            | Possível<br>(3)    |                    | 6            | 12              | 24           | 48                   |
|                            | Improvável<br>(2)  |                    | 4            | 8               | 16           | 32                   |
|                            | Raro<br>(1)        |                    |              | 4               | 8            | 16                   |

*fontes*





15.2 Assim como toda contratação, vislumbra-se a existência de riscos para ambas as partes da relação contratual, devendo a Administração acautelar-se com providências adequadas a intervenção e rápida resolução dos problemas decorrentes da prestação dos serviços, acaso surjam.

**Fase da Análise: Planejamento da Contratação e Seleção de Fornecedor**

|         |                                                     |                                              |    |                                                                          |                                                              |
|---------|-----------------------------------------------------|----------------------------------------------|----|--------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|
| RISCO 1 | Risco (Art. 17, I)                                  | Impugnação, procedente, aos termos do edital |    |                                                                          |                                                              |
|         | Nível de Risco:<br>( <i>prob. x impacto geral</i> ) | 6                                            | ID | Consequência (Art.17, II)                                                | Impacto (1,2,3,4 e 5)                                        |
|         | Probabilidade:<br>(1,2,3,4 e 5)                     | 2                                            | 1  | Necessidade de correção e republicação do edital com alteração de prazos | 3                                                            |
|         | ID                                                  | Ação preventiva                              |    |                                                                          | Responsável (Art.17, V)                                      |
|         | 1                                                   | No mínimo, 03 Revisões do TR                 |    |                                                                          | Equipe de Planejamento da contratação                        |
|         | ID                                                  | Ação de contingência                         |    |                                                                          | Responsável                                                  |
|         | 1                                                   | Submeter o edital à revisão                  |    |                                                                          | Equipe de Planejamento da contratação<br>Assessoria Jurídica |

|         |                                                     |                                                                                             |    |                                                                 |                                       |
|---------|-----------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|----|-----------------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| RISCO 2 | Risco (Art. 17, I)                                  | Preços ofertados inexecutável                                                               |    |                                                                 |                                       |
|         | Nível de Risco:<br>( <i>prob. x impacto geral</i> ) | 12                                                                                          | ID | Consequência (Art.17, II)                                       | Impacto (1,2,3,4 e 5)                 |
|         | Probabilidade:<br>(1,2,3,4 e 5)                     | 3                                                                                           | 1  | Licitação fracassada, necessidade de realização de novo certame | 4                                     |
|         | ID                                                  | Ação preventiva                                                                             |    |                                                                 | Responsável (Art.17, V)               |
|         | 1                                                   | Revisar os requisitos obrigatórios e validação das pesquisas de preços junto a fornecedores |    |                                                                 | Equipe de Planejamento da contratação |
|         | ID                                                  | Ação de contingência                                                                        |    |                                                                 | Responsável                           |
|         | 1                                                   | Submeter o TR à revisão na pesquisa de                                                      |    |                                                                 | Equipe de                             |



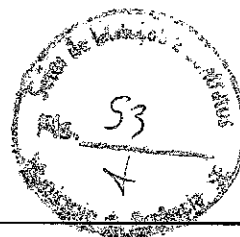
ESTADO DE SERGIPE  
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2024.016.060

|  |  |       |                                                     |
|--|--|-------|-----------------------------------------------------|
|  |  | preço | Planejamento da contratação,<br>Assessoria Jurídica |
|--|--|-------|-----------------------------------------------------|

|         |                                            |                                                                                                                               |    |                                                                   |                                       |
|---------|--------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|-------------------------------------------------------------------|---------------------------------------|
| RISCO 3 | Risco (Art. 17, I)                         | Alterações no cenário macroeconômico entre a apresentação das propostas e a assinatura do contrato ou emissão do empenho      |    |                                                                   |                                       |
|         | Nível de Risco:<br>(prob. x impacto geral) | 2                                                                                                                             | ID | Consequência (Art.17, II)                                         | Impacto<br>(1,2,3,4 e 5)              |
|         | Probabilidade:<br>(1,2,3,4 e 5)            | 1                                                                                                                             | 1  | Inviabilidade de contratação<br>- licitação deserta ou fracassada | 2                                     |
|         | ID                                         | Ação preventiva                                                                                                               |    |                                                                   | Responsável (Art.17, V)               |
|         | 1                                          | Garantir a celeridade das etapas do processo licitatório e de responsabilidade da administração até a assinatura do contrato. |    |                                                                   | Equipe de Planejamento da contratação |
|         | ID                                         | Ação de contingência                                                                                                          |    |                                                                   | Responsável                           |
|         | 1                                          | Submeter o TR à revisão na pesquisa de preço. Celeridade no processo para não haver defasagem de preços.                      |    |                                                                   | Equipe de Planejamento da contratação |

FASE DA ANÁLISE: GESTÃO DO CONTRATO

|          |                                         |                                                                       |    |                                                   |                                       |
|----------|-----------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|----|---------------------------------------------------|---------------------------------------|
| RISCO 04 | Risco (Art. 17, I)                      | Impossibilidade de fornecimento do produto pelo FORNECEDOR            |    |                                                   |                                       |
|          | Nível de Risco: (prob. x impacto geral) | 5                                                                     | ID | Consequência (Art.17, II)                         | Impacto (1,2,3,4 e 5)                 |
|          | Probabilidade: (1,2,3,4 e 5)            | 1                                                                     | 1  | Impossibilidade de emissão do Certificado digital | 5                                     |
|          | ID                                      | Ação preventiva                                                       |    |                                                   | Responsável (Art.17, V)               |
|          | 1                                       | Incluir no Termo de Referência sanções pelo não cumprimento do acordo |    |                                                   | Equipe de Planejamento da Contratação |
|          | ID                                      | Ação de contingência:                                                 |    |                                                   | Responsável                           |
|          | 1                                       | Realizar compra direta                                                |    |                                                   | Fiscal do Contrato                    |



#### AVALIAÇÃO QUALITATIVA DOS RISCOS

Através da matriz, percebe-se que o risco de maior gravidade é o de "Preços ofertados inexequível" em virtude de ter-se adotado uma pesquisa de preço direcionada ao menor preço. Essa escolha deve-se à elevada quantidade de fornecedores. Desse modo, este risco deve ser mitigado por meio das ações de prevenção registradas neste documento.

#### 16. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

**16.1.** O presente contrato poderá ser alterado, nos casos previstos no artigo 124 da Lei n.º 14.133/21, desde que haja interesse da Administração do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

#### 17. DO FORO

**17.1.** Este termo se encontra subordinado a legislação específica, consubstanciada na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações, e, em casos omissos, aos preceitos de direito público, teoria geral de contratos e disposições de direito privado.

**17.2.** Fica eleito o Foro da cidade de Estância, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que o seja, para dirimir as questões oriundas do contrato.

#### 18. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

**18.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Município de Estância/SE. A contratação será atendida pela seguinte dotação:


##### Secretaria Municipal da Defesa Social e Cidadania

| Unidade Orçamentária | Projeto de Atividade | Função Programática | Fonte do Recurso | Elemento de Despesa | Sub-elemento | Saldo Orçamentário |
|----------------------|----------------------|---------------------|------------------|---------------------|--------------|--------------------|
| 0219                 | 1039                 | 04.122.0001.1039    | 15000000         | 4490.52.00          | 03           | 4.215,00           |

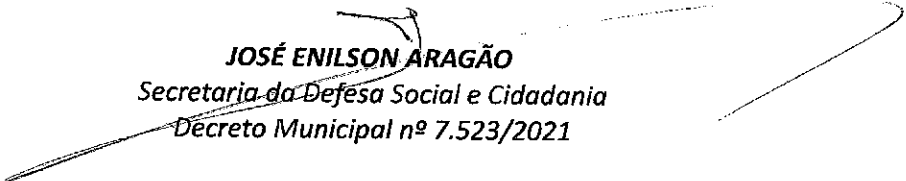
Estância/SE, 27 de junho de 2024.

Elaborado por:

  
**LUÍZ CLAUDIO MARINHO LESSA**  
Diretor de Departamento

  
**JONATHAS SANDES DE CARVALHO**  
Técnico em Informática

Ciente:

  
**JOSÉ ENILSON ARAGÃO**  
Secretaria da Defesa Social e Cidadania  
Decreto Municipal nº 7.523/2021